

## Baixo Araguaia: Um sertão “sem Lei”

*Baixo Araguaia: A “lawless” hinterland*

**Vilson Ribeiro Magalhães**

*Especialista em Educação do Campo (IFMT Campus Confresa).*

*Professor da Educação Básica (SEDUC-MT).*

*E-mail: vilsonrm01@hotmail.com*

**Susana Ferreira da Silva**

*Especialista em Educação do Campo (IFMT Campus Confresa).*

*Professora da Educação Básica (SEDUC-MT).*

*E-mail: susyfds@hotmail.com*

**Mara Maria Dutra**

*Mestra em Ciência Ambientais (UNEMAT).*

*Professora na Educação Básica, Técnica e Tecnológica (IFMT Campus Barra do Garças).*

*E-mail: mara.dutra@bag.ifmt.edu.br*

**Resumo:** O presente estudo se insere no confronto da população do Baixo Araguaia em proclamar seus direitos básicos numa longa história de luta, permeada de violência e aos olhos vendados da Justiça e do Estado. Nos sertões do Baixo Araguaia ainda são notórios a imposição do ‘mais forte’, o silenciar pelo medo, porém, hoje, não mais se calam os gritos dos oprimidos. Nesse estudo de revisão bibliográfica, inicialmente é realizada uma reflexão sobre os sertões na República Federativa do Brasil. Também se discute sobre o faroeste sertanejo no Baixo Araguaia (MT) e por fim é apresentada a educação como ferramenta libertadora, que, com a presença de inúmeros sujeitos históricos desde meados da década de 1960, provocaram mudanças significativas na vida dos moradores dessa região.

**Palavras-chave:** Educação; Luta; Sertão; Violência.

**Abstract:** This study is part of the confrontation of the population of Baixo Araguaia in proclaiming their basic rights in a long history of struggle, permeated by violence and blindfolded by Justice and State. In the backlands of Baixo Araguaia, the imposition of the 'strongest' is still notorious, silence by fear, but today the shouts of the oppressed are no longer silent. In this study of bibliographical revision, initially a reflection on the sertões in the Federative Republic of Brazil is realized. There is also a discussion about the sertanejo western in Baixo Araguaia (MT) and education is presented as a liberating tool, which, with the presence of countless historical subjects since the mid-1960s, caused significant changes in the lives of the residents of this region.

**Keywords:** Education; Fight; Sertão; Violence.

## 1 Introdução

Conseguiu de muito homem e mulher chorar sangue, por este simples universozinho nosso aqui. Sertão. O senhor sabe: sertão é onde manda quem é forte, com as astúcias. Deus mesmo, quando vier, que venha armado! E bala é um pedacinhozinho de metal [...] (GUIMARÃES ROSA, 1994, p.20).

Mesmo sem conhecer a região do Baixo Araguaia, que se localiza no Centro-Oeste brasileiro, nordeste do Estado de Mato Grosso, e é composta por 15 municípios (DUTRA, 2015), Guimarães Rosa descreveu, muito bem, nesse trecho a realidade que vivenciamos. O sertão é aqui, está em todo o lugar, e o sertanejo, se permeia junto à terra distante, porque ele não é somente morador, é parte de tudo que nele há, seja natural ou estrutural. A figura do sertanista é configurada desde a apropriação do Brasil aqueles que não habitavam o litoral, local central da colonização portuguesa no solo brasileiro.

Segundo a epistemologia da palavra, do latim *sertānu* cujo significado é (terra que desertou) que com o passar do tempo ficou somente sertão. Segundo o dicionário da Língua Portuguesa, sertão se qualifica também às regiões do interior do País, distante do litoral, terra coberta de matas, pouco povoadas e de difícil acesso, que é o caso da região Baixo Araguaia. (FERNANDES, 1996).

Os sertões, para Janaína Amado, estão “presentes desde o século XVI, nos relatos dos curiosos, cronistas e viajantes que visitaram o país e o descreveram, assim como, a partir do século XVII, aparece nas primeiras tentativas de elaboração de uma história do Brasil”; e ainda, a autora questiona, “o que seria de Minas Gerais, Goiás ou Mato Grosso sem seus sertões, como pensá-los?” (AMADO, 1995, p.145-146). Assim, os sertões foram criados pelos portugueses, usados no Brasil desde o período Colonial, florescendo toda uma representatividade do ‘ser’ interiorano, com associações ao ‘caipira’, ao ‘jeca’, o ‘sertanejo’.

Essa dicotomia entre o sertão e o litoral veio aflorar culturas diferenciadas e de valores complexos, o popular versus o científico, a formação de suas próprias leis, pois os sertanistas habitavam terras longínquas, e os governantes que habitavam o litoral não conseguiam assistir toda a imensidão dos sertões brasileiros.

Assim, no poder exercido pelas diferenças, ao sertão cabiam elementos próprios diferentes dos da sociedade republicana residente nas grandes cidades praianas que possuíam direitos básicos como a educação e saúde.

É nessa ótica de ação histórica que contemplaremos os sertanejos do Baixo Araguaia<sup>1</sup>, sua luta, sua disposição em buscar melhorias e opções há uma vida digna em impertinência aos mandatários regionalistas, nesse caso, os latifundiários que traçam ações muito parecidas as dos coronéis da primeira metade do século XX.

---

<sup>1</sup> O Território do Baixo Araguaia - MT está localizado na região Centro-Oeste e é composto por 15 municípios: Alto Boa Vista, Bom Jesus do Araguaia, Canabrava do Norte, Confresa, Luciara, Novo Santo Antônio, Porto Alegre do Norte, Querência, Ribeirão Cascalheira, Santa Cruz do Xingu, Santa Terezinha, São Félix do Araguaia, São José do Xingu, Serra Nova Dourada e Vila Rica (DUTRA, 2015. p. 27).

Diante do exposto, esse estudo teve como objetivo identificar as formas de lutas, resistências e personagens que contribuíram para a formação de um sistema educacional diversificado na região do Baixo Araguaia (MT). Nesse sentido, surge o problema que motivou a realização desse estudo: investigar as negligências do Poder Municipal, Estadual e Federal para com a região Baixa Araguaia, tendo como finalidade, demonstrar as pertinentes lutas da população.

O estudo está pautado por motivações relevantes. Uma delas está relacionada ao fato desse pesquisador ser morador desta região há pouco mais de quatro anos e ter presenciado inúmeros casos de injustiças sociais.

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de revisão bibliográfica, de natureza básica, abordagem qualitativa e finalidade exploratória, que segundo Gil (2010) tem por finalidade proporcionar uma maior familiaridade com o problema a fim de torná-lo mais explícito. Foi realizada a coleta de dados em documentos, textos, artigos, teses, obras literárias, jornais, periódicos e revistas, relacionados aos sertões e aspectos da região investigada.

Como forma de organização, à luz das ideias supracitadas, esse texto segue apresentado em quatro seções. Na primeira seção é apresentada uma breve reflexão sobre os sertões na República Federativa do Brasil. A segunda seção discute sobre o faroeste sertanejo no Baixo Araguaia (MT). Na terceira seção apresenta dados teóricos educacionais como forma de lutas e resistências através dos anseios de libertação. A última seção traz as considerações finais contendo as principais constatações e aprendizados proporcionados pelo estudo, o que foi precedida pelas referências utilizadas, como: Casaldáliga (1971), Escribano (2014), Paula (2015), Sousa (2015), Sasaki (1989), Rodrigues (2012) e outros.

## **2 Os Sertões na República Federativa do Brasil**

Com o florescer da República, uma das políticas que mais marcaram as populações interioranas foi à chamada ‘Política dos Coronéis’. Essa forma de agir, em fortalecer as elites tradicionais dos estados veio traçar fortemente a diferença entre o dono de terras e o trabalhador rural, dando ênfase ao latifúndio, que teve condições de propagar-se ao longo das próximas décadas por meio do legado repassado aos seus sucessores. Nessa época, os filhos dos latifúndios, obtiveram uma formação acadêmica nas cidades principais do Brasil e quiçá da Europa.

Desse modo, a Primeira República<sup>2</sup> no Brasil constituiria dois pesos e duas medidas atribuídas à população brasileira, sabendo que os habitantes do interior possuiriam o árduo peso da distância governamental, sendo a eles, conferidas leis próprias e ações regionais segundo as elites latifundiárias locais que infligiriam suas regras básicas para a sobrevivência nos sertões brasileiros.

Como nos remete Lima (1999, p.35),

O contraste entre o Brasil do litoral e o Brasil dos sertões pode ser relacionado a outras experiências históricas em que divisões geográficas, mais ou menos precisas, no interior de sociedades nacionais, assumem também grande força simbólica. [...] Valorizando positiva ou negativamente, o sertão pode ser comparado a outros lugares em que os dilemas de um processo civilizatório, visto por uns como inevitável, e por outros como passível de alguma escolha, se fizessem sentir.

Nesse sentido, percebe-se que as lutas no qual o sertanejo está inserido, na busca por um lugar onde se possa instalar com suas famílias, se compara há diferentes tempos e lugares carregando consigo um sistema hierárquico e transcendente à população camponesa.

Com isso, Faoro (1977, p.157) redige que, “A herança do conquistador – ‘o coronel’ e o capanga, o fazendeiro e o sertanejo, o latifundiário e o matuto, o estancieiro e o peão – permanecerá estável, conservadora, na vida brasileira, não raro atrasando e retardando a onda modernizadora, mais modernizadora do que civilizadora, projetada do Atlântico”.

Os governos getulistas ocorridos a partir de 1930 exibem várias ações que vão redimensionar o interior brasileiro com o processo chamado Marcha para o Oeste.<sup>3</sup> Se tomarmos o Programa de ação do Partido Social Democrático (PSD) sobre a questão da terra, declara-se em 1945 o seguinte: “IV – Utilizar os campos naturais e as áreas desaproveitadas, notadamente, dos Estados de Mato Grosso e Goiás, para o desenvolvimento da pecuária, nas proporções que comportam” (CARONE, 1982, p.430).

---

<sup>2</sup>O período da história republicana brasileira que vai de 1889 a 1930 costuma ser chamado de diferentes modos: Primeira República, República do “café com leite”, República Velha. Por sua vez, a República Velha costuma ser dividida em duas fases: República da Espada (1889 a 1894) – corresponde aos governos militares de Deodoro da Fonseca e de Floriano Peixoto, responsáveis pela instalação e consolidação do regime republicano; e República Oligárquica (1894 – 1930) – corresponde à fase em que o País foi governado por civis ligados à oligarquia rural, sobretudo de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. (COTRIM, 1998, p. 367).

<sup>3</sup>A Marcha para o Oeste foi um movimento ocorrido durante a Era Vargas (1930-1945), especificamente no Estado Novo (1937-1945). O projeto governamental de Vargas a época visava consolidar um estado intervencionista e nacionalista em diversos setores, como, por exemplo, na divulgação do regime. Por se tratar de um projeto de povoamento, a Marcha foi construída com base em propagandas de órgãos ligados diretamente à Presidência da República a fim de concretizar o pensamento de Vargas acerca de cultura brasileira e nacionalismo. Os regionalismos eram vistos como um problema, então centralizar tudo nas mãos do governo central era importante para concretizar os planos de integração e controle do Estado ditatorial. (ARRAIS, 2016, p. 3).

Cabe então assinalar que, as desigualdades entre os estados brasileiros proporcionaram às elites dominantes, principalmente dos estados mais industrializados (geralmente no litoral), difundir os seus interesses e se fortalecer como centros de poder, como são marcados alguns estados da região sudeste do Brasil. As regiões interioranas, o interesse dos grandes centros foi priorizar a expansão da agropecuária para o abastecimento e regiões de consumo para os produtos industrializados. Borges (1996, p.38) ressalta que, “é o progresso da indústria que vem abrindo caminho, comandando a evolução e estabelecendo a lei geral do progresso da agricultura, determinando-lhe, por conseguinte, os limites até onde poderá expandir-se”.

Essa nova formulação em que os ‘sertões’ com suas terras fartas se tornam responsáveis em abastecer o país com sua produção baseada na agropecuária, revela uma nova corrente migratória para o interior brasileiro. Isso estimulou embates entre os latifundiários, posseiros, pequenos proprietários, nativos e os seus novos moradores.

Entre 1946 a 1964, o Brasil possuiu uma fase democrática (SKIDMORE, 1982), sendo que vários setores populares começaram a ter voz ativa em busca de melhorias sociais. No entanto, toda luta foi barrada durante o período da Ditadura Militar, em que seus governantes dispuseram em afirmar a supremacia ruralista, destacando o uso das forças armadas em prol dos latifundiários. O golpe de 1964 representou um triste acontecimento nas aspirações populares que buscavam seus direitos por meio de movimentos sociais.

No que tange à população campesina, Fernandes (1986, p.21) expõe que:

A violência no campo é parte das tradições mais fundas e persistentes do Brasil. Nessa esfera, ainda não saímos por completo da fase colonial e o mandonismo se revela, através de várias faces, como um equivalente do despotismo do senhor contra o escravo. O trabalho livre, como categoria histórica, só logrou penetrar e revolucionar parcialmente algumas regiões agrárias do país e a revolução descolonizadora manteve-se à superfície no campo, favorecendo os estamentos senhoriais e os seus sucessores burgueses.

Os conflitos no campo ainda persistem em existir contra o camponês em sua luta pela terra e direitos sociais básicos, onde prevalece a “lei do capital”, geralmente calando a voz do oprimido (CPT, 2016). A fim de traçar um paralelo da violência no campo do Brasil, Fernandes (1986, p.23) cita a pessoa do padre Josimo<sup>4</sup>, assassinado em 1986. O autor descreve que;

---

<sup>4</sup> Josimo era um sacerdote jovem e agente Pastoral da Terra, cheio de forças e de vontade de viver, filho de migrantes do Maranhão e amigo de Pedro Casaldáliga. Conhecia bem a região e também trabalhava em defesa de posseiros no Bico do Papagaio. Sabia que carregar a cruz junto com os pequenos, significava ganhar algumas antipatias perigosas. Sabia perfeitamente o risco que corria e o assumiu com todas as consequências, assim disse a Casaldáliga dias antes de morrer: “Sei que me matarão, mas, se eu me calar, o que acontecerá a essa pobre gente?”. A 10 de maio de 1986, duas semanas depois de ter sofrido um ataque a tiros contra o jipe que dirigia, ele  
ISSN 2596-2671

Nesse sentido, o padre Josimo é um símbolo. Trata-se de um caso particular que desvenda a totalidade concreta. O ‘furor sanguinário’ dos ricos, civilizados e poderosos; a rede de compromissos formais ou informais que ligam entre si os que cometem violências sangrentas à sombra da lei e da ordem sob a indiferença ou com o apoio direto de todas as redes de poder (local, municipal, estadual e federal), a impotência dos oprimidos e o seu isolamento no seio da comunidade nacional, que só responde a seus dilemas através de organizações sindicais e de luta ou de partidos que não conseguem comover a opinião pública; o alcance da presença da CPT e de suas frentes de resistência passiva ou de suas tentativas de abrir meios jurídicos pacíficos de alteração da ordem vigente e de combate puramente ético às iniquidades mais graves; a existência de um Estado dentro do Estado, que confere aos mais poderosos e empedernidos donos da terra a faculdade de armar-se, de arregimentar exércitos facínoras e dedicar ao Estado legal às leis do Estado de pilhagem, subcolonial e antinacional. Ninguém pode ignorar o significado desse símbolo e o que ele aponta em um momento no qual as classes trabalhadoras e a massa popular avançam decididamente na direção de conquistar para todos (também para aqueles que confundem banditismo com ‘defesa da Pátria’), uma sociedade civil civilizada.

Destarte, as relações de poder sempre foram bem assistidas no Estado brasileiro, sabendo que os donos do capital têm a titulação dos governantes quanto suas ações em calar por intermédio de atuações aos contrários à ordem estabelecida, como foi o caso do padre Josimo e muitos outros silenciados pelo calor da bala.

### **3 O Faroeste Sertanejo no Baixo Araguaia (MT)**

O dualismo entre as fronteiras brasileiras ainda persiste, só que agora, no período pós-moderno, a modernidade se cruza e se afirma ao ‘atrasado’. Mesmo que os sertões possuam maquinários de última geração, sua produção ainda é gerada a partir da terra, do solo sertanejo, que não consegue acompanhar ao ritmo frenético das indústrias estabelecidas no Sudeste e Sul do Brasil.

Para Lima (1999, p.167),

A primeira impressão é que, tanto numa como noutra perspectiva, o dualismo litoral/interior no pensamento social brasileiro pareceria superado pelos novos atores que emergiam com o avanço do capitalismo e da urbanização. As ideias de sertão e de cultura sertaneja continuam, todavia, muito presentes, só que, agora, de forma mais enfática do que no passado, à luz da dicotomia entre o atraso e o moderno.

Podem-se indagar como essas identidades perduram durante os séculos e permanecem atualmente, com vínculos que dificultam ser destituídos. Halbwachs (2006) ao trabalhar a

---

foi assassinado, na entrada da sede da CPT, em Imperatriz (MA), próximo ao Bico, por um pistoleiro a mando de dois dirigentes locais da União Democrática Ruralista - UDR. (ESCRIBANO, 2014, p. 161 a 168).

memória coletiva mostra que quando um indivíduo possui uma realidade jurídica, como por exemplo, sendo um herdeiro ou um proprietário, suas posses o permitirá exercer uma continuidade, sem interrupção, fazendo com que sua imagem persista (famílias tradicionais e seus sobrenomes em escala regional) porque seus pertences ainda resistem ao tempo.

De tal modo, o espaço é representado pelos grupos que persistem. Halbwachs (2006, p.188) considera, que “cada sociedade recorta o espaço à sua maneira, mas de uma vez por todas ou sempre seguindo as mesmas linhas, de maneira a constituir um contexto fixo em que ela encerra e encontra suas lembranças”.

Discutindo as relações de poder entre latifundiários e trabalhadores rurais, deve ser observada a força que o espaço transmite aos seus participantes, que ainda, mesmo com o passar de décadas e até séculos, possuem ações semelhantes ao passado, pois os agentes não saíram do espaço que grita, e que remete Halbwachs (2006, p.189), “somente o espaço é estável o bastante para durar sem envelhecer e sem perder nenhuma de suas partes”.

Nesse sentido, sob a Amazônia Legal, ao qual está inserida a região do Baixo Araguaia (Figura 1) como outras áreas no interior brasileiro, são notórias o uso da violência como maneira de fixação senhorial.

Conforme diz Escribano (2014, p.19)

Alguns líderes religiosos e políticos da época - como, por exemplo, o padre Cícero Romão Batista, espécie de Moisés dos nordestinos, que anunciou grandes secas e desgraças para convencer as pessoas a emigrarem – estimularam-nos a adentrar esse “Mato Verde”, desenhando-o como uma terra cheia de riquezas. Uma terra imensa onde todo mundo poderia ter seu pedaço de chão para plantar. A realidade era, e ainda é, bem diferente: o Mato Grosso e outros estados da Amazônia legal onde a vida se combina com a morte. Uma terra dura e violenta como poucas. Não parecia o melhor lugar do mundo para onde se dirigir aquela autêntica legião de deserdados que foi para lá.

As promessas de uma vida melhor, realizada pelas políticas de povoamento do Centro-Oeste não se assemelham com a realidade. Entretanto, em 1970 chegou à região do Baixo Araguaia, Dom Pedro Casaldáliga<sup>5</sup>, que por sua vez, escreveu o documento denominado de Carta Pastoral “Uma igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização

---

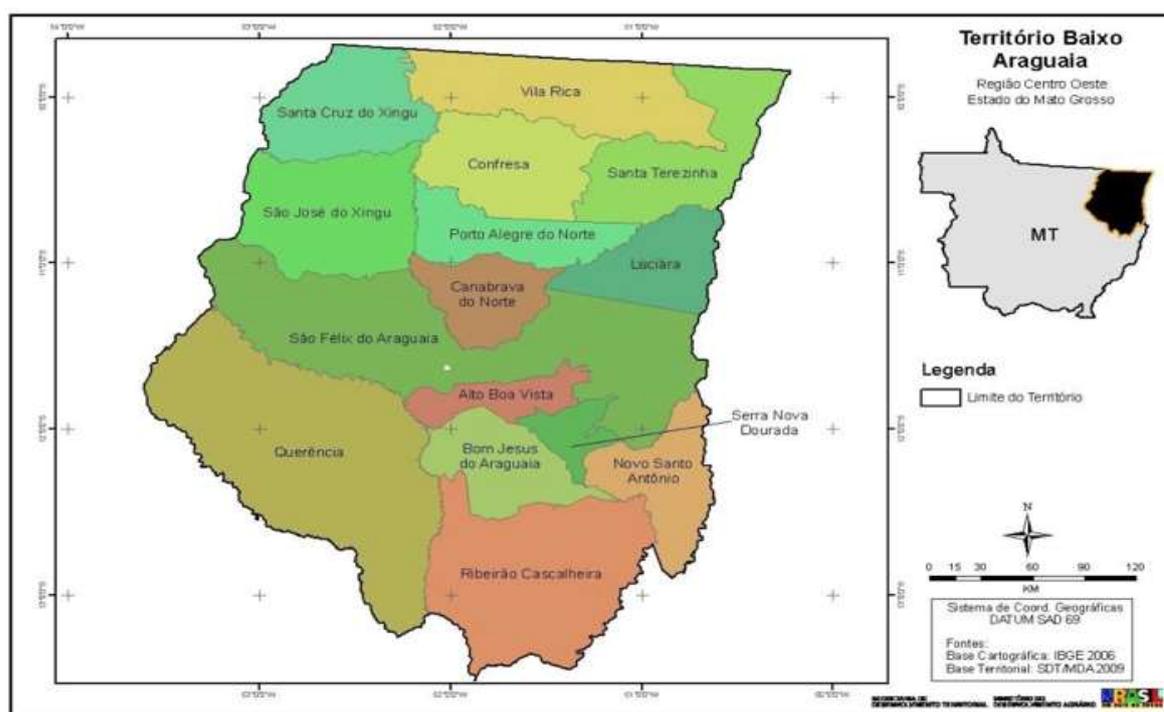
<sup>5</sup>Dom Pedro Casaldáliga é natural da Catalunha e chegou ao Brasil em 1968 aos 40 anos de idade. Após quatro meses fazendo cursos pela igreja no Rio de Janeiro, veio para São Félix do Araguaia, leste de Mato Grosso e a 1159 Km da capital Cuiabá, onde se instalou e fundou a Prelazia de São Félix do Araguaia. Este ficou conhecido pelas lutas em prol das causas dos povos indígenas e dos camponês-possesores, sua opção social e política trouxe como consequências, risco de morte por inúmeras vezes, no qual escreveu versos, frases e poemas a respeito, como: “o problema é ter medo do medo”. (TAVARES, 2016, p. 91 a 93).

social”. As atrocidades cometidas contra os povos indígenas, os peões e os posseiros foram denunciados pela Igreja Católica. Segundo Escribano (2014, p. 65 - 66):

A hierarquia eclesiástica brasileira aprovou a publicação da pastoral de denúncia e os setores mais progressistas elogiaram abertamente a atitude do novo bispo, mostrando rapidamente sua solidariedade. Em São Félix, a publicação do livro-documento fez aumentar a tensão. Um grupo de latifundiários providenciou para que um médico próximo e cúmplice declarasse que Casaldáliga estava louco. A polícia Federal, em uma atitude intimidatória, passou a pressionar a equipe de professores e religiosos da prelazia. Com aquele documento, como disse Tomás Balduino, Casaldáliga havia declarado guerra, e a guerra estava prestes a começar.

Em outras palavras, Casaldáliga ao se propor a defender a classe dos menos favorecidos (indígenas, peões, posseiros e pequenos agricultores) foi contra a elite que era (é) representada na região pelos grandes empresários, ou seja, os latifundiários. Nesse cenário, muitos fazendeiros contratavam os serviços de jagunços e ainda contavam com apoio dos militares, instituições federais e do judiciário, conforme consta na Ata do Conselho Municipal de Segurança Pública de Porto Alegre do Norte (1990): “A violência praticada pelos latifundiários contra os peões e posseiros, sempre teve a cobertura do INCRA, dos Oficiais da Justiça, das autoridades estaduais e municipais, junto com a polícia”.

Figura 1: Localização da região do Baixo Araguaia (MT).



Fonte: Garbin, 2011, apud IBGE, 2006 e SDT/MDA, 2009.

As ações dos ‘jagunços’ chegaram até ao Poder Executivo como podemos observar no relato do Paula (2015. p. 9):

Em 1986, Rodolfo Alexandre Inácio (cascão) foi eleito Prefeito de Porto Alegre do Norte. Junto a sua esposa, Fernanda Macruz, desenvolveram diversos trabalhos em defesa dos posseiros perseguidos pelo latifúndio. Desde atividades culturais populares até denúncias explícitas sobre a situação de opressão que se vivia em porto Alegre do Norte. Os trabalhos desenvolvidos por cascão e Fernanda desagradou os poderosos da região que, covardemente praticaram dois atentados contra eles: atearam fogo na casa durante a noite quando a família dormia. [...] Depois, a violência se concretizou na tentativa de assassinato à luz do dia, quando, por milagre, eles não morreram pelas balas desfechadas pelos pistoleiros.

O atentado sobre sua família fez com que Rodolfo (Cascão) mudasse da região, prevalecendo assim à lei imposta neste sertão, “o calor da bala” (PAULA, 2015), (Casaldáliga, 1971). Diante o relato do atentado, percebe-se que no sertão do Baixo Araguaia a lei dos mais fortes é a que prevalece a fim de invisibilizar a classe dos oprimidos.

O Baixo Araguaia apresenta uma vasta área territorial em uma localização fronteiriça, ligando a outros estados como o Pará, o Tocantins e Goiás. No entanto, os indicadores socioeconômicos dessa região corroboram a ideia de que os conflitos sociais e o domínio do capitalismo agrário favorecem a exclusão de peões, posseiros, indígenas entre outros. Essa situação pode ser observada no Quadro 1.

Quadro 1: Indicadores socioeconômicos da região do Baixo Araguaia (MT)

Município	Renda per capita -2010 (em R\$)	IDEB	% de extremamente pobres	% vulneráveis à pobreza
Alto Boa Vista	671.99	4.60	25.18	51.77
Bom Jesus do Araguaia	789.99	4.10	3.91	44.68
Canabrava do Norte	878.37	4.00	14.85	44.65
Confresa	573.89	4.50	14.24	54.95
Luciara	938.65	3.80	6.90	26.01
Novo Santo Antônio	461.47	3.20	5.75	65.07
Porto Alegre do Norte	665.92	4.50	10.75	51.18
Querência	990.05	5.50	9.22	27.76
Ribeirão Cascalheira	434.88	4.50	14.18	67.13
Santa Cruz do Xingu	635.43	3.40	7.89	58.68
Santa Terezinha	790.41	3.90	18.24	89.16
São Félix do Araguaia	460.13	4.20	21.51	65.12
São José do Xingu	653.02	4.00	6.66	55.92
Serra Nova Dourada	892.71	3.50	6.24	21.03
Vila Rica	439.15	4.80	3.06	67.08

Fonte: BRASIL. INEP/MEC; IBGE, Censo Demográfico (2010).

Esses índices demonstram como a maioria dos moradores do Baixo Araguaia possui uma situação econômica preocupante. Para reverter essa situação é preciso que se instaurem na região políticas públicas, a fim de implantar ações que favoreçam uma melhor qualidade de vida às pessoas que moram nessa região. Em relação à superação das desigualdades socioeconômicas, Paula (2014, p.122), apud Yazbek (1999) afirma que:

[...] é neste protesto contra a vida desumanizada de homens reais que questões situadas no plano do dia-a-dia dos subalternos ganham visibilidade e dimensões políticas. O estatuto político conferido às práticas de resistência das classes subalternas à sua dominação nos revela mais uma vez a diversidade e a riqueza dos espaços onde se constrói a classe. Ampliam-se assim as dimensões politizáveis da vida social, modificando-se a própria noção de política, o que vai conferir novas possibilidades às ações dos subalternos e de seus aliados no enfrentamento de sua pobreza.

Visto isso, essa população carece de uma estrutura voltada as políticas sociais, em que o Estado deve agir mediando e tomando sua responsabilidade em construir aos menos favorecidos um caminho ao encontro de seus direitos civis, acesso às políticas públicas básicas à sobrevivência do ser humano.

#### **4 Educação como forma de luta e libertação**

A educação para os menos favorecidos é a melhor forma de ascensão social. Todavia, os empecilhos são extensos para quem depende da escola pública para a formação do indivíduo. No Baixo Araguaia, a luta por instituir o conhecimento educacional e manter-se instalados em suas posses significou resistir às amarras e trapaças impostas pelos ‘donos’ desta terra e do poder público. Casaldáliga (1971, p. 13), afirma:

O Sr. Prefeito Municipal, José Liton da Luz, acompanhado do mesmo advogado Olímpio Jaime, reuniu o povo de Porto Alegre em 30/7/70 e se dispôs a “defendê-lo”, dizendo ser necessário que cada um colaborasse, dentro de suas possibilidades, para pagar o advogado que iria advogar sua causa. Os posseiros presentes à reunião entregaram mais de 170 animais, entre reses e cavalos, e grande soma em dinheiro ao Prefeito (Documentação nº II, 2. A). Prefeito e advogado apoderaram-se das doações dos posseiros e nenhuma providência tomaram na defesa dos mesmos. A 17/9/70, em sessão extraordinária da Câmara Municipal, foi aprovada a desapropriação de uma gleba de 4.500 ha, onde se encontra o povoado. (Documentos II, 2. B). Apesar disso, os posseiros estão recebendo ordens do próprio Sr. Prefeito de abandonarem suas posses, entregando-as à FRENOVA. E mais. O Prefeito autorizou a fazenda a se apropriar do material escolar de Porto Alegre, transferindo-o para a companhia. O que realmente aconteceu. Os funcionários da FRENOVA, após terem apanhado o material escolar, derrubaram a escola do povoado.

Diante do exposto, a distância e as dificuldades de acesso ao Baixo Araguaia retardam em certas formas a chegada de políticas públicas e o acesso da população carente a elas. Percebe-se que tanto o legislativo quanto o executivo desta região contribuíram para a prevalência da lei do mais forte. No entanto, uma das características presente na região é a luta dos menos favorecidos em busca de seus direitos básicos. Nesse sentido, Sousa (2015) apresenta um relato sobre as primeiras experiências educacionais da região:

Uma dessas experiências foi à criação do Ginásio Estadual do Araguaia (GEA), cuja influência foi de significativa importância política para a região, no período de 1971 a 1973. A prelazia de São Félix do Araguaia implantou um modelo educacional organizado e crítico, com um nível alto de ensino, passando a ter forte influência na vida da população frente aos conflitos pela terra, na conscientização, elaboração e interpretação dos mesmos. O seu funcionamento começou em 1971, oferecendo a primeira e segunda série do ensino ginásial, sendo que cada ano aumentava a oferta com a série seguinte. Havia também cursos de alfabetização de adultos e curso para professores do sertão. Porém, o governo militar interpretou o movimento educacional na região como parte da subversiva guerrilha do Araguaia, culminando no fechamento do GEA, como forma de combater e reprimir o tipo de educação transmitida e toda atuação da igreja na região do Médio Araguaia.

As formas de educação implantada pela Prelazia de São Félix do Araguaia almejavam a luta pela população menos favorecida baseando-se na proposta pedagógica de Paulo Freire. (Escribano, 2014). A educação libertadora proporcionaria ‘terror’ aos comandos militares ao qual a região fazia parte do estreito campeado, em que seus moradores sofreram com as ações do Exército Brasileiro frente aos revolucionários na Guerrilha do Araguaia<sup>6</sup>.

Porém, o movimento em proporcionar uma educação formal de qualidade foi e ainda é uma das características que marca essa região. No passado, vários foram os conflitos ocorridos entre professores e governantes. De acordo com relatos de Casaldáliga (1971), “a irmã diretora do Grupo escolar de São Félix teve que desafiar, este ano, a política caprichosa do Secretário Municipal de ensino de Barra do Garças para a própria sobrevivência do grupo” (1971. p. 22).

---

<sup>6</sup> A Guerrilha do Araguaia teve lugar nas regiões sudeste do Pará, parte do Mato Grosso e norte do então estado de Goiás (atual Tocantins), também abrangendo terras do Maranhão, na área conhecida como ‘Bico do Papagaio’. Ocorreu entre meados dos anos 1960, quando os primeiros militantes do Partido Comunista do Brasil chegaram à região, e 1974, quando os últimos guerrilheiros foram caçados e abatidos por militares, treinados para combater a guerrilha e determinados a não fazer prisioneiros. Execuções, eliminação de vestígios e tortura estão nos relatos colhidos, assim como na literatura existente sobre a guerrilha. As prováveis operações de ‘limpeza’ teriam sido realizadas de diversas maneiras, a confiar nos relatos colhidos pela ouvidoria do Grupo de Trabalho Tocantins, criado pelo Ministério da Defesa para cumprir sentença da Justiça Federal. Além de reaver a memória sobre a guerrilha, a partir de narrativas de quem viveu a experiência, é importante jogar luz sobre o que popularmente se conhece como a ‘segunda guerra’. Na região, os governos da Ditadura Militar (1964-1985) montaram um intenso sistema de repressão e controle político, e um modelo de ocupação pela pecuária que devastou as florestas, de forma que, quando falamos da guerrilha, precisamos também falar da guerra que veio depois. (PEIXOTO, 2011, p. 479-499).

Várias eram as dificuldades vivenciadas pela população, pois “Faltava tudo: em saúde, em ensino, em comunicação, em administração e em justiça. Faltava no povo a coragem e a possibilidade de os reclamar” (1971. p. 25-26).

Na insistência em libertar o povo oprimido, setores eclesiais conseguiram erguer o Ginásio Estadual Araguaia, na cidade de São Félix, com a ajuda de doações, lutavam em prol do ensino em Mato Grosso. Casaldáliga (1971, p.26) enuncia que:

Contra os nossos primeiros propósitos – fruto da velha experiência educacional da igreja, fruto da própria experiência pessoal – decidimos enfrentar o problema do ensino: e construímos o “ginásio estadual Araguaia”, de São Félix. Pago, em oitenta por cento (80%) da importância, com donativos dos nossos amigos da Espanha, e sem nenhuma contribuição oficial da prefeitura, do Estado ou do Governo Federal. Foi uma aventura quixotesca, necessária, porém. (As poucas famílias que antes pretendiam por os filhos no ensino médio, deviam mandá-los a Barra do Garças ou a Goiás. E as forças novas da juventude se distanciavam da família e do lugar, provavelmente para não voltar jamais. E toda a renovação humano-social precisaria tanto dessa juventude, mais maleável, mais aberta e crítica!). O Ginásio é estadual: não queríamos que fosse nem da prelaia nem de uma congregação. Com muitas demoras e irregularidades, o Estado paga os professores bem pobremente. Funcionam no Ginásio as três primeiras séries. Por motivos de suplência inicial, um padre teve que aceitar a diretoria e uma Irma é secretária. [...] Depois de cooperarmos, com pressões e suplências, ao ensino primário de toda a região, este ano uma irmã é diretora do grupo escolar de São Félix; e a equipe da Santa Teresinha leva totalmente – “economia, material, e professorado” – um grupo primário particular, e um curso de madureza ginasial noturno, vencendo as manobras da prefeitura de Luciara.

Desse modo, a ideia de um desenvolvimento educacional implantado durante os governos militares seria uma ideologia pertinente a essa região, mas na prática não funcionaria, pois as represálias e o aumento das desigualdades entre classes permaneceram, (RODRIGUES, 2012). Não diferente do Baixo Araguaia, em que as lutas persistiram e também na busca por educação de qualidade, mas sempre barrando na falta de professores formados, pois a região era de difícil acesso e os salários não eram atraentes, (SASAKI, 1989).

Mesmo na contramão do sistema capitalista latifundiário implantado nesta região, e muitas lutas, principalmente da equipe pastoral, liderada por Pedro Casaldáliga, o Baixo Araguaia se deparou com dias mais iluminados com a implantação de projetos educacionais, como o GEA – Ginásio Estadual do Araguaia, INAJÁ I e II, que chegou com a ideologia de formar leigos ao nível de magistério valorizando o etno-conhecimento sobre a região e ocasionalmente foram professores voltados às lutas dos oprimidos, (SASAKI, 1989).

Em seguida, outros novos projetos e cursos de formação para professores chegam a esta longínqua região: as parceladas da UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso

ofereceram Pedagogia em Educação Infantil, Química, Matemática e Letras; a UNIC – Universidade de Cuiabá com cursos de Administração, Biologia e Ciências Contábeis; a UNITINS – Universidade Estadual do Tocantins com os cursos, Ciências Contábeis, Serviço Social, Administração, Letras, Matemática, Fundamentos Jurídicos, Análises de Sistemas, Pedagogia e Pós-Graduação em Educação (JORNAL ALVORADA, 2008).

Outros núcleos universitários chegaram à região, como a UNOPAR – Universidade Norte do Paraná com educação à distância e por último o Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT) com cursos de formação técnica em nível médio e nível superior com cursos de Licenciatura em Química, Física, Biologia, e Bacharelado em Agronomia, além dos cursos pós-graduação Lato Sensu em Educação do Campo e Ensino de Ciências.

Requerer a educação no Baixo Araguaia nos dias atuais significa resistência às mazelas impostas por uma luta de classes em que as classes populares pouco possuem direitos básicos, muitos suprimidos pela ação violenta dos latifundiários e o silêncio do Estado para com as dificuldades vivenciadas no dia-a-dia desse povo.

## **5 Considerações Finais**

Ser do sertão, morar longe dos olhos da proteção, lutar é uma imposição. Várias foram as lutas das classes menos favorecidas, em prol de uma vida mais digna na Região do Baixo Araguaia. No entanto, nem sempre essas lutas tiveram um final feliz, mas o sertanejo é forte, resistente como o chão que pisa e nele persiste.

Ao longo dos séculos de entradas às terras longínquas, a desigualdade permaneceu e os grandes fazendeiros se tornaram mandatários de uma terra com lei própria, pela qual o mais forte se estabelece. As dores eram silenciadas por meio do medo e da bala, mas sempre existiu a resistência por parte dos menos favorecidos. Com a chegada de agentes que possuíam uma abrangência social além da região do Baixo Araguaia, como a pessoa de Dom Pedro Casaldáliga, os conflitos se estenderam devido à exposição em nível nacional e até internacional, com as cartas enviadas ao Vaticano.

Assim, novas vozes se uniram para gritar, mesmo em um período de várias tentativas de silenciamento, determinados durante o Regime Militar brasileiro (1964-1984). E nessas ações de luta a educação é um dos pontos centrais para a formação de uma política educacional em formalizar ao camponês sua escolha por melhorias.

Atualmente, a presença de núcleos educacionais na região do Baixo Araguaia com cursos voltados principalmente para a formação de professores e sua capacitação para o

mercado de trabalho, dando ênfase na melhoria do ensino-aprendizagem dos habitantes da cidade e do campo vem afirmar que mesmo as mudanças foram lentas durante as últimas décadas, elas persistem, e continuam a ser a melhor forma de resistência contra as imposições elitistas da história desta localidade.

Vimos à resistência, a luta em prol dos habitantes do Baixo Araguaia. E é uma luta que está longe de terminar, seu travamento é constante. Assim, essa pesquisa se torna parte do ‘grito dos humildes’, que promove às discussões acadêmicas, meios para promover que as histórias sejam equalizadas em diversas estações do ensino superior, pois, certamente, a educação liberta e nossas vozes não podem ser silenciadas como em outrora.

## 6 Referências

AMADO, Região, Sertão, Nação. Janaina. **Revista Estudos Históricos**, vol.08, n.15, 1995.

ARRAIS. Matheus Eurich. **A Marcha Para o Oeste e o Estado Novo: A Conquista dos Sertões**. 2016. 17 f. TCC – Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena de História) Programa de Graduação em História. Universidade de Brasília – UNB. Brasília/DF, Brasil, 2016. Disponível em:

[http://bdm.unb.br/bitstream/10483/15448/1/2016\\_MateusEurichArrais\\_tcc.pdf](http://bdm.unb.br/bitstream/10483/15448/1/2016_MateusEurichArrais_tcc.pdf). Acesso em: 27 out. 2017.

BORGES, Barsanufio Gomides. **A expansão da Fronteira Agrícola em Goiás**. História Revista. Goiânia, vol.1, nº 2, p.37-55, jul./dez.1996. Disponível em:

<https://www.revistas.ufg.br/historia/article/download/10932/7235>. Acesso em: 19 set. 2017.

BRASIL. **Caderno Territorial\_019\_Baixo Araguaia – MT**. Perfil.pdf. INEP/MEC; IBGE, Censo Demográfico (2010).

CARONE, Edgard. **Revoluções do Brasil Contemporâneo**. Ed. Ática: São Paulo, 1982.

CASALDÁLIGA, Dom Pedro. **Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social**. São Félix do Araguaia, 10 out. 1971. Carta pastoral. Disponível em: <<http://www.servicioskoinonia.org/Casaldaliga/cartas/1971CartaPastoral.pdf>>. Acesso em: 12 ago.2017.

\_\_\_\_\_. CONSELHO MUNICIPAL. **A Violência Volta a Porto Alegre do Norte**. Ata. Porto Alegre do Norte: Conselho Municipal de Segurança Pública, 1990. In: Arquivos da Prelazia de São Félix do Araguaia – MT.

COTRIM, Gilberto. **História Global – Brasil e Geral**. Volume Único. 3ª ed. Saraiva, São Paulo, 1998.

CPT – Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo – Brasil 2016** [Coordenação Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Thiago Valentim Pinto Andrade – Goiânia]: CPT Nacional – Brasil, 2016. 232 páginas: fotos, tabelas, Vários autores.

DUTRA, Mara Maria. Formação em agronomia no IFMT Campus Confresa e sua relação com a sustentabilidade na agricultura familiar no contexto do território cidadania do baixo Araguaia. 2015. 148 f. **Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais)** - Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Universidade do Estado de Mato Grosso, UNEMAT. Cáceres, Mato Grosso, Brasil, 2015.

ESCRIBANO, Francesc. **Descalço sobre a terra vermelha: A vida do bispo Pedro Casaldáliga** / Francesc Escribano; tradução: Antônio Carlos Moura Ferreira. 2. Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**. 4 ed. Porto Alegre: Globo, 1977.

FERNANDES, Florestan. **Que tipo de República?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

FERNANDES, Francisco (Org.). **Dicionário Brasileiro Globo**. 43. Ed. - São Paulo: Globo, 1996.

GARBIN, Hugo. (2011); **Projeto de cooperação técnica internacional Bra/IICA/07/009: desenvolvimento territorial**. Cuiabá, mar. 2011. Disponível em: <<http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/DocumentosTecnicosAbertos/Attachments/299/Vitor%20Hugo%20Garbin%20-prod%205.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2017.

GIL, Antonio Carlos: **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Centauro Editora, 1 ed. São Paulo, 2006. Tradução: Beatriz Sidou. LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1999.

\_\_\_\_\_. JORNAL ALVORADA nº 271 de set/out. 2008. **Cursos de Nível Superior na Região do Araguaia**. In: Arquivos da Prelazia de São Félix do Araguaia – MT.

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1999.

PAULA, Eunice Diaz de: **Fernanda, uma pessoa iluminada**. In: JORNAL ALVORADA nº 310 de 02/2015. Disponível em: <http://www.prelaziasaofelixdoaraguaia.org.br/documentos/alvorada310.pdf>. Acesso em: 20 out. 2017.

PAULA, Renato Francisco dos Santos (org). **A política social do neoliberalismo à brasileira: fugindo das injunções lineares**, in, Gestão Pública e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), vol.2, São Paulo: Livros Negócios Editoriais, 2014. Págs.91-125

PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. **Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, vol. 6, n. 3, p. 479-499, set.-dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v6n3/02.pdf>. Acesso em: 03 out. 2017.

RODRIGUES, Alessandra Pereira Carneiro. **Cartilha do Araguaia “... Estou Lendo!!!” : seu circuito de comunicação (1978-1989)**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, Rondonópolis, Mato Grosso. Brasil. 2012.

ROSA, Guimarães. **Grande Sertão**: Veredas. Editora Nova Aguilar, 1994.

SASAKI, R. **Araguaia: Leigos Conquistam uma nova formação e adaptam o ensino a realidade local**. Nova Escola, São Paulo, vol. 32, n. 4, p-12 a 19, 1989.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930 – 1964**. -7ª ed. – Rio de Janeiro: paz e terra. 1982.

SOUSA, Z. M; FERRÉ, Raul Vico. **Terra de esperança**: exposição sobre lutas pela terra no Araguaia, 1968-1980. São Félix do Araguaia, MT. 2015

TAVARES, Ana Helena. **O problema é ter medo do medo: o que o medo da ditadura tem a dizer à democracia**. 1. Ed. – Rio de Janeiro: Revan, 2016.